

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL



GLÓRIA PORTO KOK

DOUTORA EM HISTÓRIA PELA UNICAMP
PESQUISADORA DO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DOS TRÓPICOS
DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA USP

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL COLONIAL



7ª edição

Conforme a nova ortografia

 Editora
Saraiva

Editora

Claudia Abeling-Szabo

Projeto e coordenação

Joaci Pereira Furtado

Assistente editorial

Nair Hitomi Kayo

Suplemento de trabalho

Glória Porto Kok

Pesquisa iconográfica

Roberto Kazuo Yokota

Supervisão de revisão

Livia Maria Giorgio

Edição de arte

Nair de Medeiros Barbosa

Supervisão de arte

João Batista Ribeiro Filho

Projeto gráfico

Christof Gunkel

Diagramação

Walter Reinoso

Capa

Angra Comunicação Visual. A imagem ao fundo é um detalhe da gravura *São Salvador* e as de primeiro plano são as gravuras *Escravos de Benguele, Angola, Congo e Monjolo* e *Escravos de Cabinda, Quiloa, Rebola e Mina*. Todas são de autoria de Johann Moritz Rugendas (1802-1858), in: *Viagem pitoresca pelo interior do Brasil*, 1835. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Kok, Glória Porto

A escravidão no Brasil colonial / Glória Porto Kok. – 7. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012. – (Que História é Esta?)

Bibliografia.

ISBN 978-85-02-18388-9 (aluno)

1. Brasil – Período colonial 2. Escravidão – Brasil 3. Escravidão – Brasil – História – I. Título.

CDD-981.0202

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Período colonial: Escravidão: História 981.0202

3ª tiragem, 2017

CL 810126

CAE 571383



SARAIVA Educação S.A.
Avenida das Nações Unidas, 7.221 – Pinheiros
CEP 05425-902 – São Paulo – SP
www.editorasaraiva.com.br

Tel.: (0xx11) 4003-3061
atendimento@aticascipione.com.br

Sumário

Introdução, 6

1.

Escravidão indígena, 8

Escambo	11
Tramas da escravidão.....	13
Ambiguidade da Coroa portuguesa	16

2.

Escravidão africana, 19

O lucrativo tráfico negreiro	19
Africanos nos engenhos	23
Cativos das minas	26
Escravos urbanos	28

3.

Caminhos da liberdade, 31

Resistências individuais	31
Resistências coletivas	33

4.

As marcas da escravidão, 37

Cronologia, 39

Bibliografia, 41

A que assistir?, 43

O que visitar?, 45

O que acessar?, 47

Introdução

Tradições indígenas e africanas vigoraram em quase todos os recantos do Brasil, sinalizando a força de suas culturas. No entanto, é impossível compreender as tribos indígenas que vivem na floresta amazônica e os ritmados tambores africanos que invadem o país na época do Carnaval sem lembrarmos dos quase quatro séculos (1500-1888) de regime escravista. Por meio da violência, a escravidão transformou pessoas em mercadorias e as sujeitou à vontade dos traficantes e dos senhores de engenho. A imposição de trabalhos forçados a indígenas e negros ocasionou o desaparecimento de muitas

culturas, a morte de milhares de homens, mulheres e crianças, e deixou de herança para as elites brasileiras preconceitos, discriminações e um grande desprezo pelo trabalho manual.

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009) veio ao Brasil em 1935 à procura de “vestígios duma realidade desaparecida”. Em seu livro *Tristes trópicos*, publicado vinte anos depois, conta que partiu numa expedição para encontrar os descendentes de uma das grandes populações Tupi descritas pelos europeus do século XVI, os Tupi-Kawahibi, que viviam no posto de Pimenta-Bueno, às margens do

rio Machado, na Amazônia. O encontro, porém, revelou que a população estava reduzida a apenas cinco homens, uma mulher e uma menina, que falavam um português rústico e viviam misturados à população local.

Segundo o relato de um deles, por volta de 1920, uma forte epidemia de gripe dizimou centenas de nativos. Muitos sobreviventes morreram em decorrência dos violentos conflitos que se sucederam após a morte do respeitado chefe Abaiatara. Na ocasião da visita de Lévi-Strauss, a vida e os costumes tribais dos indígenas do posto Pimenta-Bueno corriam risco de desaparecer. Contudo, tempos depois,

Yarima, da etnia Yanomami do Alto Orinoco, casou-se em 1987 com o antropólogo norte-americano Kenneth Good, que a levou, dois anos depois, para os Estados Unidos. Em 1993, o casal retornou à floresta amazônica para realizar um filme sobre a vida de Yarima para o canal de TV a cabo National Geographic. Nessa ocasião, Yarima fugiu, deixando para trás a “civilização norte-americana”, o marido e três filhos. Em 1996, foi fotografada por uma expedição americana que a encontrou nua e ornamentada como o costume de sua tribo, trazendo um filho às costas. Ao lado de outros Yanomami, fugia dos focos de malária que ameaçavam seu povo.

Valdir Cruz / Agência do Estado



foi descoberto um outro grupo Tupi-Kawahibi no coração da floresta amazônica, o que renovou a esperança de revigorar as tradições culturais dessa tribo.

O destino dos Tupi-Kawahibi na sociedade brasileira é comum ao de muitas outras tribos indígenas. Como afirmou o líder indígena Aílton Krenak, em 1989: “O Brasil está se construindo em cima de cemitérios indígenas. Do cemitério dos Guarani, dos cemitérios dos Yanomami, dos Tikuna, dos Karajá, dos Krenak, dos Terena, dos Kadiwéu”. Mas não foi somente por meio do genocídio indígena que o Brasil se fez.

A partir da segunda metade do século XVI, grandes levas de africanos ingressaram na América portuguesa, fundando mais um capítulo sombrio do nosso passado. Na condição de escravos, segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, 40% dos negros morriam nos primeiros seis meses após o seu apresamento; 12%, nos portos, aguardando o embarque; 9%, na travessia do Atlântico, e metade dos que chegavam morriam durante os quatro primeiros anos no Brasil, vítimas dos péssimos tratamentos que recebiam na condição de escravos.

Para termos uma ideia da violenta realidade enfrentada pelos escravos africanos, basta lermos o depoimento do norte-americano Thomas Ewbank (1792-1870), que visitou o Brasil no século XIX. Procurando mostrar “o quanto é horrorosa a situação do escravo”, escreveu:

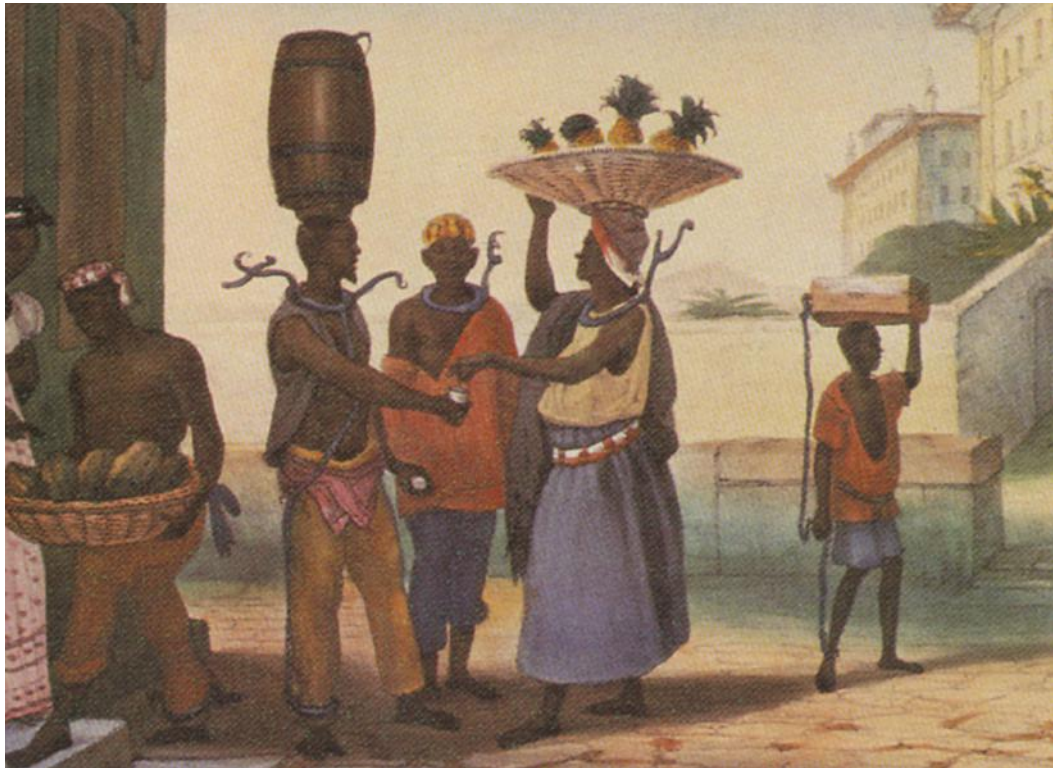
“Espantei-me diante de dois dos mais apavorantes seres humanos, despontando das matas. Negros de idade mediana, e completamente despídos, a não ser alguns andrajos em torno de seus lom-

bos, cada um tinha um arco de ferro em torno do pescoço, ligado por sua vez a algemas postas nos tornozelos. Por outra cadeia, a mão de um era presa à de outro. Estavam inclinados para a frente, ajoelhados, estendiam os braços, arfavam, uivavam, e faziam súplicas de tal modo agônicas, que cheguei a pensar que nem mesmo os criminosos condenados à morte, nem mesmo as almas do Purgatório, estariam em condições tão penosas. Pobres criaturas! Não entendi o que é que reclamavam, se dinheiro, se comida, se intercessão junto aos seus senhores, o dono do morro e de uma pedreira vizinha, em que se empregavam mais de duzentos escravos. Esses dois haviam tentado fugir, e quando não estivessem trabalhando, eram postos neste lugar sequestrado”.

Em 1888 foi assinada a Lei Áurea, que declarou a abolição da escravidão. Entretanto, as condições de vida e de trabalho do ex-escravo continuaram precárias. Vivendo à margem da economia brasileira, os libertos estavam sujeitos à fome, à miséria e aos maus-tratos, e reduzidos, quando empregados, às funções de servos, criados e vendedores ambulantes.

A história oficial do Brasil sempre procurou mascarar a verdadeira trajetória dos povos indígenas e africanos, que se desenrolou em um palco de permanentes conflitos culturais. As raízes deste processo encontram-se no período colonial, quando se instaurou, na América portuguesa, o pesado fardo da escravidão, em cujas sombras lutaram indígenas e africanos para garantir a sobrevivência. Esse é o tema que vamos apresentar e discutir neste livro.

Para castigar o negro fugitivo, o senhor mandava aplicar-lhe chicotadas e colocava em seu pescoço um colar de ferro com vários braços em forma de ganchos. Sob pressão, esse colar causava dores terríveis (Jean-Baptiste Debret, 1768-1848).



O colar de ferro. Litografia aquarelada (1820-1830), 17,6 x 23 cm. In: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil - 1834-1839*. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

1. Escravidão indígena

A escravidão, enquanto forma de exploração de mão de obra, embora já tivesse marcado presença em diversos momentos da História da humanidade, principalmente nas grandes civilizações da Antiguidade, era totalmente ignorada pelos habitantes do Novo Mundo no período que antecedeu à chegada dos portugueses.

Quando os primeiros europeus começaram a explorar o litoral da América portuguesa, depois da passagem da armada de Pedro Álvares Cabral no ano de 1500, depa-
8 raram-se com os Tupi-Guarani, que ocupavam a cos-



Imagem digital de Selma Capparós

Fonte: Adaptado de FAUSTO, Carlos. "Fragmentos de história e cultura Tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico". In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura/Fapesp, 1998. p. 384.

ta atlântica do Amazonas até o atual Rio Grande do Sul, infiltrando-se pelas margens dos rios que hoje chamamos de Paraná, Uruguai e Paraguai. Embora apresentassem pequenas diferenças regionais, esses povos indígenas falavam uma mesma língua de origem guarani e tinham costumes bem semelhantes. Além dos Tupi-Guarani, foram identificados os Aimoré, no que hoje são o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo; os Tremembé, que habitavam os atuais estados do Ceará e do Maranhão, e os Goitacá, que viviam nas proximidades do Rio da Prata. Avalia-se que a população indígena, nessa época, beirava os 4 milhões.

Testemunhas estrangeiras do século XVI registraram, em suas crônicas, o fato de esses nativos se encontrarem em guerras permanentes. Segundo eles, essas guerras não tinham como objetivo escravizar o inimigo ou tomar os seus bens e suas terras, tal como normalmente acontecia nas guerras europeias, mas sim capturar alguns guerreiros inimigos, a fim de vingar os antepassados que foram mortos em suas mãos.

Ao contrário do que se possa imaginar, para o guerreiro indígena, ser capturado era motivo de honra e orgulho. Constituíam a oportunidade única de exibir coragem e valentia – as características mais valorizadas de um guerreiro. Além disso, os indígenas

eram movidos pela crença religiosa em um eterno paraíso depois da morte, lugar de permanentes festas coletivas, onde a dor, a morte e o sofrimento inexistiam.

A mais completa descrição da antropofagia tupi encontra-se na obra *Duas viagens ao Brasil*, do alemão Hans Staden (1520-c. 1579). Staden veio pela primeira vez à América portuguesa em 1547, como artilheiro de um navio português que comercializava pau-brasil. De volta a Lisboa, integrou, em 1550, a expedição espanhola de d. Mencia Calderon de Sanabria, que tinha como objetivo fundar duas povoações: uma no atual estado de Santa Catarina e outra na embocadura do rio da Prata.

Tendo o navio naufragado nas proximidades de São Vicente, Staden empregou-se como arcabuzeiro de um forte português na ilha de Santo Amaro, em frente a Bertioga. Em meados de janeiro de 1554, caiu prisioneiro dos Tupinambá e foi conduzido até a aldeia de Ubatuba, onde permaneceu cerca de nove meses. Nesse período, presenciou vários rituais de antropofagia e



Ilustração do relato das viagens de Hans Staden ao Brasil. Traduzido por Adam Lomier e editado por Theodore de Bry. In: *América Tertia Pars*, 3º vol. de *Grand Voyages*. Frankfurt, 1592, p. 179. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo

Nesta gravura em cobre, intitulada *Carne humana em episódio canibal*, vê-se, ao centro, os membros do prisioneiro assados ao moquém no terreiro da aldeia. No fundo, a figura de barba e cabelo, nos moldes europeus, representa o aventureiro Hans Staden (Theodore de Bry, 1528-1598).